

PIONEIROS DA IMPRENSA EM MOÇAMBIQUE

João Albasini e seu irmão¹

ANTONIO HOHLFELDT

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

FERNANDA GRABAUSKA

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Copyright © 2010
SBP Jor / Sociedade
Brasileira de Pesquisa
em Jornalismo

RESUMO

Este *paper* abre uma série de escritos a respeito de jornalistas pioneiros na história da imprensa de Moçambique. Iniciada na segunda metade do século XIX, a imprensa moçambicana teve em João Albasini e seu irmão, José Albasini, os pioneiros em seu desenvolvimento. João Albasini, especialmente, é considerado o primeiro jornalista de Moçambique. Criou os jornais *O Africano* e *O Brado Africano*, respectivamente. Neste artigo, depois de se fazer rapidamente uma contextualização da história do país, no final do século XIX, passa-se a analisar as contribuições dos irmãos Albasini ao jornalismo e através do jornalismo, centralizados especialmente no Grêmio Africano. *O Brado Africano* é considerado o jornal onde os principais escritores de Moçambique começaram a publicar seus textos, enquanto o próprio João Albasini é autor de um livro póstumo que também serve de abertura para o período inicial da literatura do país.

Palavras-chave: História da imprensa. Jornalismo de Moçambique. João Albasini. *O Africano*; *O Brado Africano*.

A POLÍTICA PORTUGUESA EM FACE DE SUAS COLÔNIAS, AO CONTRÁRIO DE ESPANHA, atrasou em cerca de trezentos anos a implantação da imprensa em seus territórios. Foi um fenômeno externo – a invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas e a fuga da Família Real para o Brasil, com a conseqüente necessidade do traslado das instituições do império para o Novo Mundo – que encaminharam as mudanças substanciais, depois desenvolvidas. Os acontecimentos de 1817, obrigando Dom João VI a retornar a Portugal; a constituição liberal portuguesa de 1820 e a independência do Brasil, em 1822, mudaram a posição portuguesa e, em 1836, decretaram a necessidade de criação de órgãos oficiais de informação nas colônias remanescentes.

Moçambique, região que aqui nos interessa estudar, iniciou sua imprensa a partir de 13 de maio, com a publicação da primeira edição do *Boletim do Governo da Província de Moçambique*. O primeiro jornal não-oficial seguiu-se alguns anos depois, com a publicação de *O Progresso*,

a partir de 9 de abril de 1868. Parece que teve apenas uma única edição, provocando desde logo a ação censorial do governo, mesmo contra a vontade do Governador Geral. Bem ou mal, contudo, outros títulos vão se suceder. É só ao final do século XIX, porém, que, de fato, multiplicar-se-ão os títulos de publicações que vão ocupar todo o território de Moçambique.

Os títulos serão variados, criativos; alguns repetem-se de uma região para outra, o que obriga o pesquisador a prestar muita atenção na seleção de dados para a recomposição de uma história da imprensa moçambicana.

Ilídio Rocha, autor das pesquisas mais consequentes e organizadas, até o momento, sobre o tema, interpreta a multiplicação dos jornais, nas duas últimas décadas do século XIX, a partir dos seguintes elementos (ROCHA, 2000, pp. 90 e 91):

a) a miscigenação, resultado de relações mais ou menos duradouras, das quais nascerá uma nova categoria social, integrada pelos *mixtos* (ZAMPARONI, 1998) ou *assimilados* (ZAMPARONI, s/d), que constituirá, naquele momento, uma espécie de elite mulata, uma “burguesia nascente e elite iluminada” (ZAMPARONI, a), que combaterá as velhas ideias sobre a colonização e defenderá o que muitos autores chamarão de “moçambicanidade” (LARANJEIRA, 2005);

b) a fundação, pela Maçonaria, em 1891, de escolas para alfabetização, em Lourenço Marques, a que se seguirão outras, onde não haverá discriminação racial e onde pretos e mulatos, meninos e meninas, poderão ser alfabetizados; a mesma prática é seguida pela Missão Suíça de Lourenço Marques, dedicada exclusivamente à alfabetização das populações negras, a que acrescentará mais tarde o ensino profissionalizante;

c) o surgimento de um funcionalismo burocrático, constituído de mestiços, após a República;

d) a ampliação da economia da colônia exige cada vez mais mão de obra, absolutamente impossível de ser preenchida apenas por cidadãos europeus.

Em síntese, surgem cidades, ou seja, há uma urbanização crescente em alguns pontos do país (ZAMPARONI, 1998 a), o que vai provocar uma grande atividade jornalística ao final daquele século XIX (MARTINS, 2006), na medida em que nasce um sentimento *protonacionalista* (PATRAQUIM, s/d) entre esta população autóctone que, se mantém e defende a identidade portuguesa da origem paterna, reconhece seus laços com os *indígenas*, de que fazem parte suas mães (ZAMPARONI, s/d).

Esse sentimento de incipiente nacionalidade pode ser claramente vislumbrado nos nomes de alguns jornais que então aparecem, e que

vão se perpetuar ao longo do século XX, quando incorporam o adjetivo *africano*. O mais antigo é *O Africano*, de Quelimane (1º. de julho de 1877), cujo *slogan* “religião, instrução e moralidade” fala por si próprio. Seguiu-se uma *Revista africana*, criada por J. P. Campos Oliveira, que já estivera na Índia (ROCHA, 1973, p. 4); foi a primeira revista literária da colônia, editada em Lourenço Marques. José Pedro Campos Oliveira, seu responsável, é o primeiro escritor de língua portuguesa nascido na colônia. Estudou em Goa, escreveu em outros jornais e publicou ainda um *Almanaque popular*, em 1865 (ROCHA, 2000, p. 26).

Em 1886 é a vez de uma *Civilização africana*, de que não se tem praticamente nenhuma informação. Teria sido um jornal editado na ilha de Moçambique (DIAS, 1957, p. 55; ROCHA, 1973, p. 5). Ainda no século XIX, aparece um *Clamor africano*, datado de 1892, responsabilidade do mestiço e ex-alfere Alfredo de Aguiar, que já havia publicado outros jornais e continuaria a editá-los, não obstante as constantes interdições pelas autoridades, graças às diatribes que praticava. Os mesmos pesquisadores registram, ainda, um jornal chamado *O luso-africano*, que se teria publicado a partir de 3 de janeiro de 1892, e outro *O Africano*, em 13 de novembro daquele mesmo ano. Não se tem maiores informações a respeito de nenhum deles e é provável que não tenham passado de uma só edição (ROCHA, 2000, p. 62).

Muitas outras publicações surgiriam com adjetivações semelhantes, ao longo das décadas seguintes: *O Africano*, almanaque que circulou entre 1912 e 1914 (ROCHA, 2000, p. 87); um semanário chamado *Missão Africana*, ligado à Missão de N. Sra. do Rosário, da Beira (1931 a 1940); e um semanário chamado *Voz africana*, que começou a ser editado em 30 de dezembro de 1932 e que ainda nos anos 1970 permanecia em publicação (DIAS, 1957, p. 100; ROCHA, 1973, p. 78), etc.

Os desafios para estes jornais, contudo, eram imensos: a dificuldade dos prelos, inclusive com a falta de tipos; a escassez de papel – era comum os jornais trocarem não apenas de papel quanto de dimensões; a censura ostensiva, não só das autoridades portuguesas quanto de quaisquer intermediários burocratas que se sentissem atingidos pela publicação; além disso, as grandes distâncias, a falta de estradas e, por consequência, a quase inexistência de meios de transporte, tornavam-se fatores quase invencíveis para estes pioneiros. Some-se a tudo isto, ainda, e sobretudo, o percentual de analfabetos e a diversidade linguística. O Censo de 1894, por exemplo, indica que, em Lourenço Marques – que foi, em última instância, a localidade de maior desenvolvimento inicial da imprensa – apenas 15 *africanos* sabiam ler e escrever (ZAMPARONI, s/d;

ZAMPARONI, 2002).

De qualquer modo, os editores de jornais consideravam que a imprensa era a mola propulsora para a cultura, e daí a importância do jornalismo (OLIVEIRA, s/d), naquele momento: aliava-se o discurso com a ação pedagógica. Um pesquisador entende que o que então se publicou foi mais importante pela provocação do debate do que propriamente pelas vitórias alcançadas ou pela qualidade dos textos.

É neste contexto que surgem os irmãos Albasini, João e José. Eles são netos de um certo João Albasini (1813-1888), comerciante português que primeiro se estabelecera no Transvaal¹, ali ajudando a construir uma estrada até o porto de Lourenço Marques (1855). João Albasini foi caçador, chefe tribal e alto funcionário do governo da república bôer. Esse mesmo João Albasini, já comerciante, estabelece, em 1859, um consulado português no Transvaal, que mantém às suas expensas, até 1868. Em 1860, ainda João Albasini toma a iniciativa de criar um serviço de correios entre o local em que vivia, Zoutpansberg e Lourenço Marques, naquele momento apenas um presidio. O correio era transportado por um soldado da instituição militar (ROCHA, 2000, pp. 21, 23 e 98). Sabe-se que também adquiriu uma porção de terra e a doou a Portugal, no Transvaal, vindo a constituir a colônia de São Luís (O BRADO AFRICANO, 8.9.1922, p. 1).

João e José Albasini são netos deste pioneiro. Não se tem maiores dados sobre José, que era mais moço. Ilídio Rocha indica que, como o irmão, era despachante oficial no cais do porto. Participou, com o irmão, da fundação de dois jornais e o substituiu em *O Brado Africano*, após sua morte, em 1922, vindo a envolver-se em uma disputa com Karel Pott² e o Grêmio Africano, em 1932, de cuja fundação os dois irmãos haviam participado e pela qual lutaram bastante. Quanto a João dos Santos Albasini, sabe-se que nasceu em 2 de novembro de 1876, no Magule, e viria a falecer em 1922, em Lourenço Marques, aos 46 anos de idade. Como filho da aristocracia local, estudou as primeiras letras em uma missão católica de Lourenço Marques (THOMAZ, s/d). Fundou, com seu irmão, dois jornais, *O Africano* e *O Brado Africano*. Em 1925, teve publicado um livro póstumo de crônicas e contos, *O livro da dor*³ (OLIVEIRA, s/d). João e José eram filhos de Francisco João Albasini e de Joaquina Correa de Oliveira, ela, mulata (ROCHA, 2000, p. 98, nota 28). Tinham mais dois irmãos, Maria Isabel e António Paulino (THOMAZ, s/d).

Em sua juventude, João Albasini foi protegido de José Aniceto da Silva, então diretor dos Correios de Moçambique, que o levou para trabalhar naquela repartição. Começando como ajudante de despachante, mais

tarde tornou-se chefe de pessoal e despachante oficial; a pedido do Governador Freire de Andrade, encarregou-se dos serviços indígenas dos Caminhos de Ferro de Moçambique. Demonstrando não ter preconceitos ideológicos, ao lado da relação com o monarquista Freire de Andrade apoiou medidas favoráveis à educação do *republicano* histórico Brito Camacho, com quem depois rompeu, por se sentir traído. Desde jovem, começou a escrever em jornais, como o *Vida nova* e o *Diário de notícias*, de que sairia para fundar, em 1908, *O Africano* e, depois de vendê-lo ao padre José Vicente do Sacramento, também fundou, em 1919, *O Brado Africano*. Deixou pelo menos um filho, de que se tem registro, Carlos Albasini (*O BRADO AFRICANO*, 8.9.1922, p. 1).

Na disputa em torno da legislação discriminatória sobre os indígenas e os assimilados, João Albasini, sob o argumento de tratar sua tuberculose, parte para Lisboa. Na verdade, levava “consigo uma lista de reivindicações”, na qual o tema das leis de exceção e, portanto, da famigerada *chapa* e do *alvará*, figurava em primeiro lugar. A seguir, pedia-se: a) redução do imposto de palhota⁴ [...]; b) fim do *chibalo*⁵; c) que não fossem expropriadas as terras de várzeas; d) que se acabasse com todas as bebidas⁶; e) criação de escolas de artes e ofícios e ensino para *as nossas mulheres*; e f) aprovação dos estatutos do Grêmio Africano, que rolava de gaveta em gaveta nos gabinetes da burocracia local desde os anos 1908.

Chegado a Lisboa, Albasini passa a escrever no jornal *O combate*, do Partido Socialista, que assume suas reivindicações, encaminhando-as a seu deputado, Ramada Curto. Ao mesmo tempo, o jornalista envia artigos para *O Brado Africano*, originalmente publicados em jornais dos Estados Unidos, onde denunciava as violências da política oficial portuguesa na África (ZAMPARONI, s/d).

A edição de *O Brado Africano* de 18 de setembro de 1920 traz em destaque a realização de eleições para o cargo de deputado, às quais João Albasini se candidata. Para isso, retorna de Lisboa, e a edição daquele periódico formaliza sua candidatura em matéria de sete colunas, ocupando toda a parte superior do jornal, logo abaixo do cabeçalho, como era então comum aos jornais, onde se lê:

É chegado o dia de o povo de Moçambique mostrar no escrutínio qual a sua aspiração [...]. Critica-se ordinariamente o esquecimento em que somos votados pelos nossos Governos, a falta de iniciativa da Administração pública, o anacronismo que se nota em todos os seus processos, a ignorância por parte dos homens que nos governam do Terreiro do Paço, das necessidades das colónias, quando afinal é do

povo que moureja nas colónias que depende o remover todos esses obstáculos para o avanço, insistentemente proclamado pelas colónias, elegendo um deputado que de todas essas necessidades tenha conhecimento e que lá, perante o parlamento, levante a sua voz, sem ligações de interesse partidário, reclamando o que as colónias precisam para o seu desenvolvimento⁷.

Como era comum, o artigo passa a analisar os candidatos:

Dr. Jaime Ribeiro, médico conhecido, hoje filiado no partido Alvarista, [sic] Fontoura da Costa, oficial da armada, que dizem do partido democrático, e que não tendo feito carreira por esta província, não pode conhecer das suas necessidades, praticamente; e João dos Santos Albasini, nosso director e patrício, que, vista a sua acção de jornalista e defensor acérrimo do progresso da província, sob o manto diáfano da sinceridade, não há, incontestavelmente, quem não lhe faça a justiça de ver nele o homem que só pela província e para a província trabalhe.

E o artigo se encerrava, conclamando

todas as classes comerciaes, industriaes, de profissões liberaes, as classes trabalhadoras e todos os organismos operários, para que em conjunto deem o seu voto em João Albasini, para deputado independente que se apresenta sem outro fim que não seja o progresso desta colónia, da terra que ele tanto ama e pela qual tem pugnado em toda a sua vida de jornalista, apesar de todos os dissabores que a sua atitude lhe tem rendido. À urna, pois, por: **João dos Santos Albasini!** – Jornalista (O BRADO AFRICANO, 18.9.1920, p. 1).

Na mesma edição e na mesma página, era publicado o “Edital” firmado pelo Dr. Augusto do Amaral Polônio, juiz de Direito do Juízo Cível e Comercial da Comarca de Lourenço Marques, tornando pública a candidatura de João Albasini, apresentada por 25 eleitores, segundo a lei. Fica-se ali sabendo que ele é divorciado, residia em Lisboa e que a eleição ocorreria no dia seguinte. O edital tem a data de 12 de setembro. O processo eleitoral iniciara-se a 7 de setembro, mas só terminaria a 21 de agosto do ano seguinte⁸.

Originalmente, João Albasini e o Grêmio Africano eram contrários à participação em quaisquer eleições, por entenderem-nas sempre fraudulentas. Mas o partido Socialista de Lourenço Marques era exclusivamente formado por brancos e, assim, Albasini preferiu aproximar-se do mesmo partido em Lisboa, que aceitava mulatos com naturalidade. Pelo mesmo motivo resolveu candidatar-se (THOMAZ, s/d).

Dois anos depois vem a falecer, inesperadamente, ainda que

permanecesse enfermo durante todo esse período, mas mantendo as lutas que encetara, desde cedo, através das páginas de seus jornais.

Sabe-se pouca coisa a respeito de *O Africano*. José dos Santos Rufino, em registro citado por Raúl Dias Neves (1957, pp. 73 e 74) diz que o jornal foi editado primeiramente por José Albasini, a partir de 1911, sendo seu diretor João Albasini. Ilídio Rocha refere à data de 25 de dezembro de 1908 como a do lançamento de uma edição-programa do jornal, o que era comum⁹. A primeira edição, porém, teria sido impressa apenas a 1º. de março de 1909, muito provavelmente para cumprir as exigências da legislação então vigente (ROCHA, 2000, pp. 91 a 94).

A novidade é que o jornal mantinha uma página redigida em *landim* ou língua *ronga*¹⁰, o que logo o tornou extremamente popular. Financeiramente, sabe-se que foi ajudado, desde o início, por um grupo maçônico, de que faziam parte, dentre outros, o capitão Francisco Roque de Aguiar, presidente do Capítulo da instituição; o Dr. Jaime Ribeiro, militante socialista, e José Corrêa da Veiga. A publicação era semanal e foi suspensa poucas semanas depois, reaparecendo em 1912, sob a mesma equipe original, a qual se somou José dos Santos Rufino, como secretário de redação e administrador. *O Africano*, desde o início, tinha tipografia própria, do próprio João Albasini e de Santos Rufino, que passou a ser seu diretor e editor. O jornal circulava em Moçambique, mas também era enviado para as minas do Transvaal, que empregava força indígena moçambicana, valendo-se, para tal, especialmente, dos préstimos de um sacerdote, cuja história é extremamente controvertida, que depois viria a adquirir o periódico, Padre Vicente¹¹. *O Africano* foi o primeiro jornal de Lourenço Marques a contar com um serviço telegráfico desde Lisboa, através da agência Havas, a que depois somou os serviços da Reuters, até então exclusividade do *The Guardian*, que se publicava, em inglês, em Lourenço Marques. O jornal teria chegado a ser editado bissemanalmente, durante certo período, e durante a I Grande Guerra, graças aos boletins especiais que transmitia, chegou a ser trissemanal.

O periódico, no entanto, depois de vendido perdeu a sua linha editorial original e começou a enfrentar a competição de uma nova publicação que os irmãos Albasini fundaram imediatamente, com o dinheiro que haviam recebido no negócio com o religioso, *O Brado Africano*. Assim, em 1920, desacreditado, *O Africano* deixou de circular e o sacerdote, aliás, trasladou-se para Portugal, bastante rico, fazendo doações à igreja, para ser perdoado (o sacerdote era inclusive casado!), sendo substituído na loteria pelo mesmo José dos Santos Rufino.

Quanto a *O Brado Africano*, é resultado da associação de João e José

Albasini com Estácio Dias, outro mestiço, funcionário da Fazenda. O primeiro número do jornal aparece em 24 de dezembro de 1918, também enquanto “número programa”. O jornal logo se instala e a sua tipografia no Grêmio Africano, ainda em organização. O periódico é propriedade da Empresa do Jornal O Brado Africano, como se lê em seu cabeçalho. Essa situação vai modificar-se por volta de 1920, quando o jornal se torna porta-voz oficial do Grêmio Africano e sua propriedade¹², pelo menos, até 1932, quando uma crise afetar a publicação (ZAMPARONI, s/d) e sua relação com a instituição.

O Brado Africano também será um semanário e, do mesmo modo que *O Africano*, publicará uma página em landim. Dirigia-se, pois, claramente, à população mestiça alfabetizada e aos poucos negros que soubessem ler ou brancos que se interessassem por suas informações e polêmicas (ROCHA, 2000, pp. 120 e ss.)¹³. Lídio Rocha distingue pelo menos três fases na existência do jornal: a) de 1918 a 1932, quando foi dirigido, de fato, pelos irmãos Albasini: até 1922, sobretudo por João; após a morte dele, por José; em ambos, os casos com ampla participação de Estácio Dias, que tornou-se seu editorialista, inclusive, após a morte de João. Quando surge a Lei João Belo, de 1926, que exige um diretor com título universitário, formalmente assume a direção o farmacêutico João Custódio Xavier de Assis Pais, formado em Goa. Com seu regresso a Portugal, sucede-o o advogado mestiço Karel Pott¹⁴, que termina provocando uma questão judicial, junto a autoridades locais, levando o jornal a uma condenação pelo Tribunal da Relação e a sua suspensão, por dois meses. Nesta fase, em torno de 1928, anuncia-se como “o jornal de maior tiragem na Província de Moçambique”, segundo Lídio Rocha (2000, p. 268). No entanto, uma simples consulta aos jornais evidencia que, na verdade, esse segundo *slogan* é adotado a partir de 1919, ainda em vida de João Albasini (*O BRADO AFRICANO*, 30 de junho de 1922), desde a passagem do primeiro ano de vida do periódico (veja-se a edição de 24.12.1919).

Entra aí a segunda fase: trata-se da publicação de um jornal em substituição a *O Brado Africano*: trata-se de *O clamor africano*¹⁵. Se o *slogan* de *O Brado Africano* fora, no seu início, “em prol dos interesses dos naturais das colônias portuguesas”, o mesmo *slogan* será retomado pelo *O clamor africano* que, além do mais, continuava propriedade da mesma instituição e sob a direção da mesma pessoa, José Albasini. Foram doze edições, de 12 de dezembro de 1932 a 25 de fevereiro do ano seguinte, durante cerca de dois meses¹⁶.

Na primeira página da edição inaugural de 10 de dezembro de 1932,

Estácio Dias, sob o título “Idealismo pateta”, lamenta a divisão havida no Grêmio Africano e no próprio jornal, mas reconhece a importância de uma nova geração de militantes, dispondo-se a ceder seu lugar. Na mesma página, sob a chamada *O Brado Africano*, aborda a sentença do Tribunal da Relação proferida contra aquele jornal, suspendendo-o por dois meses. Assim, “os fundadores” decidiram por publicar outro jornal durante este período. Quem são eles? O artigo os nomeia: Antonio Xavier, Estácio Dias, Francisco Benfica, Francisco de Haan, Joaquim Smart, José Albasini, Sebastião Torres da Fonseca, Sebastião Xavier e Thomé Fornasini, dentre os vivos, além de Ferdinand Bruheim, Guilherme Bruheim, João Albasini e Rodrigo da Cunha Amaral, já falecidos.

Não foi só em Moçambique, contudo, que *O Brado Africano* enfrentou problemas. Na edição de 31 de dezembro de 1932, lemos que o jornal havia sido proibido de circular também em São Tomé, o que o jornal, em artigo de Estácio Dias, estranha e lamenta.

A mesma edição, contudo, traz algumas notas entre alegres e tristes. Registra a missa de sétimo dia pela morte do Padre Vicente do Sacramento, anuncia o baile carnavalesco do Grêmio Africano e, enfim, difunde concurso que o jornal *O Brado Africano* (!!!) realiza entre seus leitores, com premiações que incluem máquina de costura, máquina fotográfica, sabonetes, caixas de perfume, cortes de vestido, bolsas, etc., graças à colaboração de seus anunciantes. Lemos, ainda, a eleição da nova diretoria do Grêmio Africano de Gaza¹⁷.

A terceira fase inicia-se com o retorno da circulação do jornal. Ilídio Rocha, uma vez mais, mantém a crítica ao periódico, afirmando que ele deixaria de ser importante, à exceção de alguma colaboração literária importante, que divulgaria em suas páginas, graças às participações de Rui Noronha, José Craveirinha e Noémia de Sousa (ROCHA, 2000, p. 123)¹⁸, reconhecidos por todos os historiadores da literatura moçambicana como seus principais expoentes naquele momento.

Seja como for, o Grêmio Africano transforma-se em Associação Africana de Lourenço Marques e continuará editando o jornal até 1974. Ilídio Rocha revela que, a partir de 1958 o jornal foi entregue, em concessão, a Aurélio Ferreira, que deixara de ser o chefe de redação do *União*, órgão da União Nacional, por este ter sido extinto (ROCHA, 2000, pp. 268 e 269). Ao que parece, neste período, até 1974, o jornal ter-se-ia alinhado definitivamente à ditadura salazarista. O Grêmio Africano chegou a receber verbas para aquisição de terreno e construção de sua sede própria e financiamentos com a mesma finalidade.

O jornal *O Brado Africano*, contudo, foi o grande momento dos

irmãos Albasini. No seu editorial de lançamento, firmado por João Albasini, pode-se ler, sob o título “Assestando baterias...”:

Todo aquele que não lucha pelo seu Direito condemna-se voluntariamente a ser capacho dos outros. Parar é morrer [...]. Ante o Altar do Dever prostremo-nos pois e façamos por nos fazer ouvir nas nossas queixas, nos nossos brados, nas nossas suplicas! Programa... Para quê a explanação aqui de um programa, se todos sabem ao que vimos e o que queremos? Vamos seguir a mesmíssima senda que encetamos ao fundar *O Africano* em 1908¹⁹ (O BRADO AFRICANO, 24.12.1918).

Nesta mesma primeira página, sob a rubrica “Noticiário”, há uma nota de “Expediente”, como segue: “Enquanto não regularisar-mos as listas dos Srs. Assinantes e não tivermos o serviço telegráfico de Lisboa, que já foi pedido, o nosso jornal sahirá aos sábados. Assim que tivermos os nossos serviços em ordem passará a bissemanário, com mais paginas ou formato maior” (O BRADO AFRICANO, 24.12.1918).

O jornal estreia com quatro páginas, em tamanho tablóide, cinco colunas. Na mesma edição, na página 3, reaparecia a “Secção Landim”, que se manteria ao longo dos anos. Ela reproduzia, às vezes *in totum*, de maneira reduzida, o noticiário dado em língua portuguesa. Incluía os anúncios publicitários, muitas vezes.

Folheando as edições de *O Brado Africano*, fica evidente a política adotada pelo jornal: na edição de 18 de janeiro de 1919, na primeira página, encontramos a transcrição do “Memorial” levado ao governo, em protesto à discriminação para com indígenas e assimilados. Valdemir Zamparoni (s/d) estranha a demora desta manifestação, já que o problema se arrastava, mas registra que, na verdade, o Grêmio Africano dividia-se em suas posições, e afirma que, “se João Albasini esteve, desde o início, convicto de suas posições antagônicas à Portaria, o mesmo não ocorreu” com muitos dos integrantes do Grêmio, fazendo com que, a fim de se evitar maiores crises na instituição, este posicionamento fosse postergado.

Na mesma primeira página, lê-se a rubrica “Expediente”²⁰, bastante explicativa a respeito do jornal: “O ‘Brado Africano’ que hoje se distribue, tem o n. 3. O n. 1 é o programa do ‘O Brado Africano’. O n. 2 é o programa do ‘Brado Africano’ sem ‘O’, cujo número foi apreendido por ordem do Exmo. Snr. Delegado do Crime”. A explicação detalhada surge, contudo, mais adiante, sob a chamada “Vexando a imprensa”, em que *O Brado Africano* comenta nota de *O Guardian* [sic], segundo a qual o Delegado mandara aviso de que o jornal não poderia circular sem licença, mas o aviso chegara tarde. Por consequência, o jornal acabou recolhido. Ao mesmo tempo em que os editores pedem desculpas às

autoridades, esclarecendo não ter havido qualquer intenção de fraude à lei, protestam porque, como dizem, “sempre nesta terra sahiram *números únicos, números programas, números de propaganda* enquanto a papelada da gazeta que se pretendia habilitar anda nos safanões, ‘entre termos de recebimento e autos de conclusões...’ Passaram sempre sob o consentimento tacito”. Não foi, contudo, o que ocorrera com o jornal (O BRADO AFRICANO, 18.1.1919, pp. 1 e 2).

A nova publicação não se exime, contudo, já nesta edição, de estabelecer polêmica com o antigo *O Africano*. Um dos motivos é que João Albasini e seu grupo opõem-se fortemente à ação das chamadas *missões laicas*, permitidas pelo governo português desde 1913 (ZAMPARONI, 1998).

A edição de 24 de dezembro de 1919, justamente um ano depois de iniciada a circulação do periódico, sob a manchete “O nosso aniversário e o Natal” refere aquele primeiro período queixando-se de que muito tem gasto e pouco resultado (político) tem alcançado. Garante, contudo, que continuará na luta, como o faz, efetivamente.

É do ano seguinte, a 18 de setembro de 1920, a aventura de João Albasini como candidato. Ultrapassada esta etapa, contudo, eilo, na edição de 13 de novembro de 1920, a atacar um tema de sua predileção: a educação. Sob o título “O problema da instrução”, matéria sem assinatura – portanto, de responsabilidade do diretor do jornal – discorre sobre a educação ser o principal meio de ascensão social em Moçambique. Critica, contudo, o fato de que o governo português, embora omissivo na solução do problema, seja eficiente em proibir iniciativas particulares. Uma legislação rígida vigorava desde 1907. Crianças e jovens africanos eram discriminados em face das crianças e jovens europeias (ZAMPARONI, 1998). Destacava a importância da contribuição da maçonaria e sublinhava que o ensino era um importante elemento civilizador (ZAMPARONI, 2002). O Grêmio Africano já instalara classes noturnas, inclusive. Reconhecia-se a importância da escola mínima, mas, ao mesmo tempo, defendia-se a necessidade de escolas profissionalizantes. Mais que isso, para arrancar a mulher indígena à instituição do *lobolo*, havia que garantir-lhes também a escola, afim de que ela não fosse mais considerada como simples mercadoria²¹. A educação da mulher elevaria o homem, entendia Albasini. Buscava-se, assim, a criação de escolas agrícolas, para os jovens, e escolas capazes de educar as meninas nas práticas necessárias a uma boa dona de casa e também para que pudessem se profissionalizar, garantindo-lhes sobrevivência e manutenção das famílias, se seus maridos as abandonassem, o que era

muito comum então.

Aliás, foi uma posição mais radical a respeito de tais temas, já após a morte de João Albasini, que acabou gerando a crise entre Karel Pott e José Albasini, crise já mencionada.

A edição de 25 de dezembro de 1920 comemorava os dois anos de existência de *O Brado Africano*. João Albasini insistia no “saldo negativo” verificado até então quanto às metas preconizadas pelo jornal e pelo Grêmio Africano. Mas insistia: “O nosso apelo não ficará por aqui e hade constituir sempre um de nossos principaes programas: a educação do nativo”. Sob um dos vários pseudônimos que utilizou ao longo da carreira, João das Regras (ZAMPARONI, s/d), Albasini manteve constante este combate ao longo de todos os anos de sua vida.

Na edição de 24 de dezembro de 1921, chegando a seu terceiro ano de vida, o jornal reiterava, desencantado: “Para quê três anos de luctas e dissabores?”, mas insistia, sob a chamada “Para ser lido – Mão d’obra indígena” acerca da necessidade de uma legislação capaz de valorizar a mão de obra indígena e garantir-lhe a propriedade de terras.

Em 30 de junho de 1922, comemorando o primeiro aniversário que marcava um jornal da Liga Africana de Portugal, reclamava: “Justiça! Justiça para o africano, é a causa principal que os levou a fundarem o ‘Correio de África’, sem outra pretensão que não seja a elevação moral do preto, os seus direitos respeitados, admitido a cooperar com o europeu em todos os campos de actividade, segundo o seu grau de inteligência”. Insistia, no mesmo artigo: “A nossa raça não é inferior. Temos os nossos ideaes, temos a nossa elevação, muito compreensível”.

Chega-se, então, à triste edição de 19 de agosto de 1922. Aqui, registra-se a morte de João Albasini e seu enterro. A matéria, sob o título que contém o nome do falecido, é longa. Registra, detalhadamente, o traslado do caixão da residência do jornalista, no bairro da Machaquene, até o cemitério e as primeiras homenagens: próximo das 16 horas, o féretro deixou a residência do antigo diretor do jornal. O caixão, colocado em carro acompanhado por oito tocheiros e pelo padre José Brás Matozo, que lhe fizera a encomendação, puxado por duas parelhas de cavalos, percorreu toda a Avenida Pinheiro Chagas. O morto vestia “fato preto de jaquetão”. O cortejo formava-se com as mulheres à frente, um grande crucifixo, logo após, e a Banda da Missão de São José de Lhanguene. O cortejo chegou ao cemitério às 18 horas. Seis diferentes grupos de amigos conduziram o caixão até o nicho em que foi depositado: o segundo bloco foi constituído por representantes dos jornais *Lourenço Marques The Guardian*, *Jornal do Commercio*, *Correio de Moçambique*,

Colônia, Colonial, Oriente, Sol d'África e Emancipador. O quarto grupo coube aos jornalistas de *O Brado Africano*; o sexto grupo, aos amigos do Grêmio Africano. Houve discursos em português e em landim. Cinco coroas foram depositadas no esquife, uma das quais dos colegas da Imprensa Nacional; outra dos irmãos, filho e sobrinhos.

Cerca de cinco mil pessoas compareceram ao enterro. “Com a idade que tenho de 70 anos nunca vi tanta gente num enterro”, comentou um morador. Fernanda Nascimento Thomaz considera que a maioria deveria ser de indígenas e assimilados (THOMAZ, s/d) e registra que, dentre as autoridades, encontrava-se o futuro Ministro das Colônias, João Belo, autor da draconiana lei de imprensa, de 1926. Na edição de 8 de setembro, os registros sobre a morte de João Albasini continuaram. Sob a chamada de “Dois mortos”, Ernesto de Moraes lamenta a morte do jornalista: “combatente terrível – vergastando os mandões e apupando os fariseus. Na imprensa, foi um gigante e em Moçambique faz falta insuprível [sic]. Articulista poderoso e polemista vigoroso”. O mesmo articulista acrescenta: “Não era um homem vulgar, era um super homem, desses homens cujo talento é congênito”, e finaliza: “combatente idealista, um abolicionista de preconceitos raciais [...] era um valente e um homem de bem”.

Na mesma primeira página, outro artigo, sob a chamada “João Albasini” traçava a biografia do morto. A matéria detalhava, ainda, as condolências recebidas de Lisboa, Ibo, Chai-chai, Chibuto, Quelimane, Ressano Garcia, Inhambane, Beira, Johannesburgo: “a morte de João Albasini enluta toda esta parte nascente de nossa África”, dizia uma das mensagens, tanto mais importante porque vinda de um adversário político. Alguns extrapolam: “seus escritos eram apreciados por toda a imprensa mundial”, enquanto outros são mais objetivos: “defendeu, ele, sempre, a raça a que pertencia, não deixando, contudo, de ser alvo de censuras e de aplausos”; e concluem: “o indígena perdeu em João Albasini um intemerato defensor dos seus interesses”. O Grêmio Africano, por seu lado, publica uma “Convocação” para a eleição de um novo presidente, até então João Albasini.

José Albasini, o irmão, substituiu-o na administração do jornal, até o episódio de disputa com Karel Pott.

A importância de *O Brado Africano* é incontestável. Foi em suas páginas que Rui Noronha publicou seus primeiros poemas. Ele estreia no jornal aos 17 anos de idade, em 1932, com uma série de crônicas. Depois da divisão no seio do Grêmio Africano, com repercussão no jornal, diminui sua colaboração, mas não se ausenta. Também o poeta

José Craveirinha começou a divulgar seus poemas, na década de 40, no mesmo jornal. Nos anos de 1950, um jovem de 19 anos, Marcelino dos Santos, residindo em Lisboa, escreve para *O Brado Africano* destacando seu papel de divulgador da cultura moçambicana. Era, nada mais nada menos, que o filho de Firmino dos Santos, que também havia se iniciado ainda aos tempos de *O Africano*. Quando Rui Noronha vem a falecer, em 1943, é ainda *O Brado Africano* que publica seu obituário, lembrando que ele “proclamara o direito de cidadania dos nativos”.

Dentre as tantas homenagens que foram prestadas a João Albasini, uma ficou marcante: o Grêmio Africano deu seu nome à escola que mantinha em sua sede. E em 3 de dezembro de 1936, outro jornal de Lourenço Marques, o também longevo *Notícias*, registrava que a Escola João Albasini descerrara retrato do patrono e apresentara uma exposição das jovens alunas, constituída de trabalhos manuais, “onde se viam muitos extraordinariamente interessantes, especialmente bordados”. O artigo concluía: “se fosse dado aos mortos ver e sentir, João Albasini sentir-se-ia satisfeito na campa em que repousa com este produto do seu esforço”.

Em síntese, pode-se dizer que João Albasini foi verdadeiramente o primeiro jornalista de Moçambique; foi, também, autor de obra literária que divide períodos na formação daquela literatura, da mesma maneira que ajuda a constituí-la, publicando os primeiros escritores do país. Militante, defendeu a cidadania do indígena e do mulato, deu especial atenção à posição social da mulher e reconheceu, na educação, o elemento dinamizador de civilização.

| NOTAS

- 1 Região ao sul do atual Moçambique, constitui, no momento, parte da África do Sul.
- 2 Jovem advogado, também mestiço, integrante de uma segunda geração de assimilados e que pretendia radicalizar algumas ações, o que descontentava a geração mais velha. Trato o episódio mais adiante.
- 3 Pires Laranjeira, no estudo sobre literaturas africanas de expressão portuguesa, identifica cinco diferentes períodos na evolução da literatura moçambicana. O primeiro deles, denominado pelo autor como de *incipiência*, vai das origens até o ano de 1924, em que o surgimento da imprensa pouco influenciou no panorama cultural da colônia; o segundo período vai de 1925 até o final da I Grande Guerra, e se abre justamente pela edição de *O livro da dor*, de João Albasini, período denominado

como de *prelúdio*, e que vai ter no poeta Rui Noronha sua grande referência (LARANJEIRA, 2005, ps. 256 e 257).

- 4 Espécie de imposto predial, que se tornara impossível de ser pago, fazendo com que os negros ficassem impedidos de se tornar proprietários de imóveis.
- 5 Circunscrição militar obrigatória, como nos tempos da Idade Média.
- 6 Considerava-se que a bebida era perniciosa para os negros e especialmente para as negras, levando-as à prostituição.
- 7 Mantivemos a escrita de época em todas as transcrições.
- 8 Houve duas eleições anuladas e uma terceira postergada. A eleição realizou-se, finalmente, a 21 de agosto de 1921 e foi vencida pelo candidato democrático Delfim Costa. João Albasini alcançou 157 votos, ficando em segundo lugar, mas desistiu de concorrer a partir da primeira anulação das eleições THOMAZ, s/d.; ROCHA, 2002, apud THOMAZ, s/d).
- 9 A edição-programa servia para divulgar o periódico e, enviada a potenciais assinantes, se não fosse devolvida à redação, conforme aviso estampado em suas páginas, tornava aqueles recebedores como assinantes de fato.
- 10 Tratava-se de um idioma utilizado por uma elite negra, justamente esta burguesia mestiça e, portanto, atingia poucos leitores *indígenas*, segundo muitos comentaristas.
- 11 Padre José Vicente do Sacramento era missionário nas terras do Rand e Transvaal. Extremamente pobre, por solicitação dos irmãos Albasini, enviava despachos da região, cuja leitura interessava aos familiares daqueles que trabalhavam nas minas. Recebia jornais que vendia entre a população de trabalhadores. Evidentemente, isso não era bem visto pelas autoridades locais, graças à linha editorial do jornal que, inclusive, combatia essa política. Diante das dificuldades, o sacerdote desistiu da empreitada, fixou-se em Lourenço Marques e foi trabalhar em *O Africano*, redigindo matérias e ajudando na administração da publicação. Aproximando-se de José dos Santos Rufino, tornou-se também agricultor nos terrenos da “velha Carlota”, situados nos subúrbios da cidade. Durante a I Grande Guerra, o sacerdote se associa a Rufe Nylor e se torna concessionário da loteria de Moçambique, o que o torna milionário. Em 1919, Nylor regressa à Europa e o padre Vicente fica sozinho com o negócio, resolvendo então comprar o jornal *O Africano*, nele incluindo uma página em língua inglesa, onde divulga os resultados da loteria,

evitando, assim, infringir as leis do Transvaal (ROCHA, 2000, ps. 92 e 93). Os terrenos mencionados, diz Ilídio Rocha em outra observação, pertenciam a uma mestiça rica, filha de importante negociante do Transvaal e de Lourenço Marques, António de Paiva Raposo, e que se casou com Gerard Pott, sendo, pois, pais de Karel Pott, que viria a participar da história do jornal *O Brado Africano*.

- 12 Ilídio Rocha, de modo geral, é muito duro na avaliação do papel dos irmãos Albasini, especialmente de João Albasini, e de toda esta *burguesia ilustrada*. Assim, ele também critica o Grêmio Africano, cuja constituição formal ocorre apenas com a aprovação de seus estatutos, a 7 de julho de 1920, mercê daquela viagem que João Albasini fizera a Lisboa. Os estatutos haviam sido encaminhados, sem resultado, a diferentes autoridades, desde 1911, com base numa legislação de 1907, justamente aquela que obrigava a todos os indígenas e mestiços a tirarem seu alvará de assimilado, prática a que eles se negavam, por considerá-la inconstitucional. Em 25 de dezembro de 1920, contudo, a legislação de 1907 foi banida, ainda que por pouco tempo, mas o suficiente para que os estatutos do Grêmio Africano fossem enfim reconhecidos, a 30 de junho de 1920, ainda que a maioria dos peticionários continuasse sendo de não-portadores do mencionado alvará. A autorização de funcionamento saiu a 7 de julho do mesmo ano. Para Rocha, tanto o Grêmio quanto João Albasini e seu jornal teriam sido discriminatórios em relação negros. Não é, contudo, o que constatei, de minhas leituras do jornal, nem é a posição adotado por diferentes pesquisadores, não apenas no campo do Jornalismo, mas também da História, das Ciências Sociais e da Antropologia.
- 13 Os dados principais sobre o jornal se devem a Ilídio Rocha (2000), conforme a obra mencionada. Quando outra fonte for utilizada, inclusive edições do próprio periódico, elas serão mencionadas explicitamente.
- 14 Karel Pott foi o primeiro universitário mestiço de Moçambique, filho do antigo cônsul do Orange e da República do Transvaal e da Holanda, Gerard Pott, que se casara com uma mestiça, Carlota Especiosa de Paiva Raposo. Gerard Pott perdera seu posto junto ao governo português por ser simpático aos bôeres. Assim, o filho, depois de formado em Lisboa, regressou a Moçambique, integrando-se ao Grêmio Africano. Seu retorno, contudo, com uma posição mais radicalizada quanto à defesa dos assimilados, geraria a crise a que já se aludiu aqui.
- 15 Pela legislação vigente, publicações de edição única não estavam obrigadas a ter diretor com título universitário. E uma publicação suspensa poderia ser substituída por alguma outra, com denominação diferenciada, embora tudo o mais – direção, continuidade de artigos,

contagem de numeração, fosse mantido em relação à original. Foi o que ocorreu com este jornal.

- 16 Ilídio Rocha (2000, p. 123) afirma que, durante este período foi, editado por uma Empresa “fantasma”, o que não corresponde à realidade. Desde as primeiras edições de *O Brado Africano*, faz-se referência à Empresa do Jornal *O Brado Africano*. Como João Albasini morre em agosto de 1922 e em setembro as edições passam a ostentar a propriedade do Grêmio Africano, pode-se pressupor que a troca ocorre após a morte do pioneiro. O fato de *O clamor africano* voltar a ser editado pela empresa original se deve justamente à disputa que se estabelece entre o velho grupo original, de que agora fazem parte apenas Estácio Dias e José Albasini, e a nova geração. Tanto que, quando volta a circular, *O Brado Africano* passa a ter a direção de Karel Pott e a propriedade do Grêmio Africano, o que pode indicar o afastamento de José Albasini. Isso tanto é verdade que, quando Pott viaja para Lisboa, é José Gonçalves Cotta, outro advogado, quem assume sua direção. Ilídio Rocha faz novos e pesados ataques a este diretor, a quem critica por ter redigido, a pedido do governo português, legislação discricionária em relação aos nativos sem ser especialista na matéria (ROCHA, 2000, ps. 123 e 145/146).
- 17 Já registrei, em outros artigos, a fantástica mobilidade desses jornais, enviados a todas as colônias de expressão portuguesa, ao próprio Portugal e ao Brasil. Aqui, pode-se observar também o quanto a ideia dos Grêmios Africanos havia se difundido. Gaza é a região norte da atual África do Sul, e fora região de forte resistência aos portugueses, ao longo da colonização, sendo depois anexada pela Inglaterra.
- 18 De novo, aqui, uma evidente má vontade do pesquisador para com o jornal: Rui Noronha é considerado o primeiro grande escritor moçambicano; José Craveirinha é colocado como o maior poeta africano de expressão portuguesa, e Noémia de Sousa do mesmo modo.
- 19 Se dúvida houve sobre a data verdadeira de fundação de *O Africano*, aqui ela fica resolvida.
- 20 Ao longo do século XIX e princípio do século XX, sempre que um jornal queria dar alguma nota a respeito de si mesmo, colocava-a sob uma chamada “Expediente”.
- 21 O *lobolo* era uma espécie de pagamento que o noivo deveria fazer à família do pai da noiva, a título de ressarcimento por retirá-la da família, reduzindo seus rendimentos. Com isso, a mulher ficava reduzida a uma condição reificada, situação contra a qual João Albasini, pessoalmente, e muitos outros, através de seu jornal, lutaram constantemente.

| BIBLIOGRAFIA

Livros

- DIAS, Raul Neves – *A imprensa periódica de Moçambique – 1854 – 1954 – Subsídios para a sua história*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional. 1957.
- GONÇALVES, José Júlio – *A informação em Moçambique – Contribuição para o seu estudo*, Lisbon, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. 1965.
- LARANJEIRA, Pires – *Literaturas africanas de expressão portuguesa*, Lisbon, Universidade Aberta, 2005.
- RAFAEL, Gina Guedes et SANTOS, Manuela – *Jornais e revistas portuguesas do séc. XIX*, Lisbon, Biblioteca Nacional. 2001.
- ROCHA, Ilídio – *Contribuição para a história da imprensa em Moçambique*, Lourenço Marques, CODAM. 1973.
- _____. *A imprensa de Moçambique*, Lisbon, Livros do Brasil. 2000.

Jornais

- “*Clamor Africano*” – editions of 10.12.1932; 31.12.1932.
- “*O Brado Africano*” – 24.12.1918; 18.1.1919; 24.12.1919; 18.9.1920; 13.11.1920; 25.12.1920; 24.12.1921; 30.6.1922; 19.8.1922; 8.9.1922; 30.9.1922.
- “*Voz africana*” – editions of 30.12.1933; 31.12.1935; 31.12.1937; 30.12.1942; 30.5.1944; 9.10.1946; 28.1.1951; 2.6.1962; 16.2.1968; 8.6.1968; 23.8.1969.
- “*Notícias*” – edition of 3.12.1936.
- “*A Imprensa de Moçambique – 1854 – 1954*”, special edition of “*Notícias*”, of 13.5.1954.

Artigos na Internet

- BRITO, Glória de – “As várias vozes da escrita poética de José Craveirinha”, in [http://repositorioaberto.univab.pt/bitstream/104000.2/340/1/Des\(a\)fiando%20Discursos93-102.pdf.pdf](http://repositorioaberto.univab.pt/bitstream/104000.2/340/1/Des(a)fiando%20Discursos93-102.pdf.pdf). Consultado em 25/7/2009.
- CABAÇO, José Luís – “A questão da diferença na literatura moçambicana”, in <http://www.scribd.com/doc/7018572/via0706> Consultado em 25/7/2009.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares et MOREIRA, Terezinha Taborda – “Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa”, in http://www.ich.pucminas.br/posletras/Nazareth_panorama.pdf Consultado em 25/7/2009.

- LARANJEIRA, Pires – “O nascimento da imprensa na África portuguesa”, in <http://devezenquandario.blogspot.com/2008/07/o-nascimento-daimprensa-na-frica.html> . Consultado em 25/7/2009.
- MACAGNO, Lorenzo – “Islã, transe e liminaridade” in <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=50034-77012007000100003&script=sci-arttext> Consultado em 26/7/2009.
- MARTINS, José Marques – *O universo do fantástico na produção contista de Mia Couto: potencialidade de leitura em alunos do ensino básico*, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2006 in https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/36/1/msc_ajmmartins_voll1.pdf Consultado em 24/7/2009.
- MENDONÇA, Fátima – “O entrelugar da escrita: entre Marcelino ideólogo e Kalungano poeta”, in www.ma-schamba.com/literatura-mocambique/marcelino-dos-santos-kalungano/ texto de 2004, Consultado em 25/7/2009.
- OLIVEIRA, Jurema José de – “As literaturas africanas e o jornalismo no período colonial” in <http://www.omarrare.uerj.br/numero8/pdfs/jurema/pdf> Consultado em 26/7/2009.
- PATRAQUIM, Luís Carlos – “Poeta do ser e do tempo”, in *“O Brado Africano”* de janeiro de 1944, in www.lam.co.mz/pt/content/download/.../44_47_Rui_Noronha.pdf Consultado em 26/7/2009.
- SILVA, Calane da – “Rui de Noronha: o poeta-cronista da ‘nossa causa sagrada’” in <http://www.jornalnoticias.com.mz/pls/notimz2/getxml/pt/content/153818> Consultado em 26/7/2009.
- SOPA, António – “O jornalista Rui de Noronha”, in http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2008/03/o-jornalista-ru.html Consultado em 26/7/2009.
- THOMAZ, Fernanda Nascimento – “Projetos em disputa num projeto de Estado: Relações políticas no sul de Moçambique (1907-1922)” in [HTTP://www.aladaab.com.br/anais/PDFS/41.pdf](http://www.aladaab.com.br/anais/PDFS/41.pdf) Consultado em 4/8/2009.
- ZAMPARONI, Valdemir (a) – “Deus branco, almas negras: colonialismo, educação, religião e racismo em Moçambique – 1910 – 1940 in <http://www.codesria.org/Links/Research/luso/zamparoni.df> Texto de 1998, Consultado em 25/7/2009.
- _____ (b) – “Frugalidade, moralidade e respeito: a política do assimilacionismo em Moçambique, c. 1890-1930 in <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aldaa/valde.rtf> Consultado em 25/7/2009.
- _____ (c) – “As ‘escravas perpétuas’ & o ‘ensino prático’: raça, gênero e educação no Moçambique Colonial, 1910-1930 in <http://www.scielo.br/>

br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2002000300002
Texto de 2002, Consultado em 26/7/2009.

<http://www.pluraeditoresw.com.mz/PLE04.asp?area=3&ID-02>.
Consultado em 26/7/2009.

[http://www.infopedia.pt/\\$joao-dos-santos-albasini](http://www.infopedia.pt/$joao-dos-santos-albasini). Consultado em
26/7/2009.

Antonio Hohlfeldt é professor do PPGCOM da PUCRS, Presidente da INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. Pesquisador do CNPq. A pesquisa original foi desenvolvida como estágio pós-doutoral com financiamento da CAPES.

Fernanda Grabauska é aluna de Iniciação Científica pelo projeto BIC-PUCRS-FAPERGS.